



ANÁLISE DE CONTEXTO

- O 1º semestre de 2021, em relação à execução da estratégia, continuou a ser impactado pelos efeitos da pandemia do Coronavírus, com a necessária manutenção do trabalho remoto por parte dos servidores do TRE-MT, visando a continuidade da garantia das condições da prestação dos serviços ao público em geral, predominantemente virtual.
- No mês de abril ocorreu a mudança da gestão do Tribunal, período em que foram conduzidas as reuniões de transição, avaliação do plano da gestão anterior, bem como a elaboração do Plano da Gestão para o período 2021-2023, baseado nos Macrodesafios do Poder Judiciário determinados pelo CNJ.
- No 1º semestre de 2021 foram realizadas as atividades preparatórias das Eleições Suplementares agendadas para o 1º domingo de agosto, nos municípios de Acorizal, Tapurah e Torixoréu, com observância de todos os protocolos sanitários para mitigar o risco de contágio pelos eleitores, mesários, candidatos, magistrados, servidores e demais colaboradores.

PRINCIPAIS DECISÕES

- Considerando o ambiente político atual em que o processo eleitoral está sendo questionado por parte da sociedade e do Governo Federal, a atual Administração do TRE-MT identificou como oportunidade de realizar, de forma inédita, em relação às eleições suplementares anteriores, o processo de **auditoria das urnas eletrônicas**, a chamada “votação paralela”, e a instalação do **Gabinete de Gestão Integrada (GGI)**, parceria da Justiça Eleitoral de Mato Grosso com instituições de segurança pública e outros órgãos e empresas para a garantia da segurança e infraestrutura nos municípios em que ocorreriam os pleitos.

RESUMO DO DESEMPENHO

- A Justiça Eleitoral de Mato Grosso foi reconhecida pela qualidade e produtividade nos serviços prestados, por meio do Prêmio CNJ de Qualidade na categoria **Ouro** no ano de 2020.
- O TRE-MT também foi reconhecido pelo CNJ como o tribunal mais transparente dos atuantes em Mato Grosso, por meio do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, edição 2021, que refletiu na boa *performance* do objetivo “**Garantir o acesso à Justiça Eleitoral**”.
- Foram iniciados e concluídos, nos meses de maio e junho, os trabalhos de revisão do **Planejamento Estratégico Institucional para o sexênio 2021-2026**, em atendimento à Resolução CNJ nº 325/2020, que instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário (ENPJ) para o citado período de 6 anos.